Capítulo 2

Categorias da (crítica da) Economia Política

Já sabemos que a Economia Política estuda as *relações sociais* que os homens estabelecem na *produção* dos bens que asseguram a manutenção e a reprodução da vida social — e, pois, que o objeto da Economia Política é *histórico*. E é da análise histórica do seu objeto que a Economia Política extrai as categorias com as quais o trata, categorias que devem ser compreendidas num duplo sentido: ontológico e reflexivo (ou intelectivo).

Elas são *ontológicas* na medida em que têm existência real, histórico-concreta: elas são formas, modos de existência do ser social, que funcionam e operam efetivamente na vida em sociedade, independentemente do conhecimento que tenham os homens a seu respeito. Quando, através da reflexão, do pensamento racional, da análise teórica, os homens tomam consciência delas, conseguindo apreender a sua estrutura fundamental (a sua *essência*) a partir da visibilidade imediata que apresentam (a sua *aparência*)[1] — quando, enfim, é possível reproduzi-las, no seu dinamismo e nas suas relações, através de meios conceituais, então elas aparecem como produto do pensamento, tomando a forma de categorias *reflexivas*.

Um exemplo banal pode clarificar esse ponto. O leitor sabe lidar com o dinheiro, expressão imediata de uma categoria da Economia Política, o *valor*: diariamente, realiza com ele várias operações, compra, vende, não é enganado nas trocas, revela-se cuidadoso com seu orçamento pessoal, pede e concede empréstimos e até talvez faça algum investimento; entretanto, se lhe pedíssemos que conectasse o dinheiro com o valor, que nos dissesse quais as suas funções econômicas, esclarecesse suas relações com o trabalho e a propriedade ou narrasse como ele se constituiu historicamente etc., com certeza o leitor se sentiria embaraçado. Observe-se: o seu desconhecimento teórico não impede que manipule adequadamente o dinheiro — uma das expressões imediatas do valor — nem, por outro lado, impede que este prossiga desempenhando as suas funções na vida social. Numa palavra, aquilo que o dinheiro expressa, o valor, como categoria *ontológica*, existe e opera objetivamente na vida do leitor e na vida da nossa sociedade, independentemente do conhecimento rigoroso (reflexivo) que se tenha acerca dele. É o que se passa com o conjunto das categorias econômicas: seu desconhecimento teórico não impede que, na prática social, os homens estabeleçam e desenvolvam relações econômicas.

Pois bem: neste capítulo, trataremos de explicitar algumas (e é necessário frisar: apenas *algumas*) categorias básicas da Economia Política e da sua crítica e de fazer referências históricas indispensáveis para avançar na nossa argumentação. Ao longo dos próximos capítulos, como o leitor terá oportunidade de verificar, muitas outras categorias serão levadas em conta.

2.1. A comunidade primitiva e o excedente econômico

Foi há cerca de uns quarenta mil anos — culminando uma evolução de milhares de anos — que os primeiros grupos propriamente humanos surgi-

1. No âmbito da Economia Política, como em qualquer teoria, o processo do conhecimento científico tem na *aparência* um *ponto de partida* e dele avança, pela via da *abstração*, para alcançar a *essência*. Como se observou, "toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente" (Marx, 1985, III, 2, p. 271); de fato, se a aparência das coisas (sua forma de se manifestar) mostrasse a sua essência, bastaria observá-las minuciosamente para *conhecê-las* — e comprova-se que isso não é verdade; mais ainda: o *conhecimento científico* revela os limites da experiência que lida com as aparências: "parece [...] paradoxal que a Terra gire ao redor do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas" (Marx, 1982a: 158).

ram sobre a Terra. Habitando áreas diversas, esses grupos experimentaram distintos graus de evolução social; no entanto, é possível afirmar que por mais de trinta mil anos viveram em estágios prévios ao que genericamente se denomina *civilização*, cujo aparecimento inicial deu-se às margens do Nilo e do Eufrates e na Índia e na China.

O regime social em que viviam esses grupos humanos pode ser designado como o da *comunidade primitiva*: os abrigos eram extremamente toscos, a alimentação obtinha-se através da coleta de vegetais e da caça eventual e imperava o nomadismo. Com a produção de instrumentos menos grosseiros que machados de pedra e, depois, cada vez mais aperfeiçoados (o arco e a flecha, redes de pesca, canoas e remos), assim como os primeiros rudimentos de agricultura, aqueles grupos foram, pouco a pouco, amenizando a condição de penúria geral em que decorria a sua existência. Essa penúria devia-se ao fato de tais grupos consumirem imediatamente o pouco que podiam obter com os seus esforços — não conseguiam mais que sobreviver a duras penas. As atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça, a pesca), seus resultados eram partilhados por todos e não havia propriedade privada de nenhum bem. Nesse "comunismo primitivo", em que imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e a distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos).

A comunidade primitiva perdurou por mais de trinta mil anos. Gradualmente, porém, gestaram-se no seu interior os elementos que responderiam por sua dissolução. Entre esses elementos, dois são particularmente importantes: a *domesticação de animais* e o *surgimento da agricultura*. As comunidades que avançaram nessa direção logo se distinguiram das outras, dedicando-se ao pastoreio e ao cultivo de terras, com o que deixaram o nomadismo e passaram a vincular-se a um território (ou seja, tornaram-se sedentárias). Esse processo — que, segundo as informações antropológicas, consolidou-se entre 5.500 e 2.000 antes de Cristo — acarretou significativas transformações na relação dessas comunidades com a natureza: aperfeiçoados os instrumentos de trabalho, inclusive com o uso de metais e a descoberta de suas ligas, os homens começaram a controlar o tempo (as estações do ano, o intervalo entre semeadura e colheita) e algumas forças naturais (a irrigação). No interior das comunidades, as tarefas agrícolas (o pastoreio, o cultivo) diferenciaram-se daquelas que instauraram o artesanato (a fabricação de utensílios de cerâmica e de metal, rodas e veículos rudimentares e dos primeiros tecidos).

A principal transformação, porém, residiu no fato de, nessas comunidades, os resultados da ação do homem sobre a natureza permitirem uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas da sobrevivência dos seus membros. Os progressos no processo de trabalho (as habilidades adquiridas pelos homens, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza etc.) tornaram-no mais produtivo: dele provinham mais bens que os imediatamente necessários à manutenção do grupo. Numa palavra, estava surgindo o **excedente econômico**: a comunidade começava a produzir mais do que carecia para cobrir suas necessidades imediatas. O excedente econômico — que alguns economistas designam simplesmente como *excedente* —, "na definição mais breve possível, é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. O volume do excedente é um índice de produtividade e riqueza [...]" (Baran e Sweezy, 1974, p. 19).

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de *acumular os produtos do trabalho*. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades — está nascendo a *mercadoria* e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os *produtores diretos*) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os *apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores diretos).

Quando essa possibilidade (de acumulação) e alternativa (de exploração) se tornam efetivas, a comunidade primitiva — com a propriedade e a apropriação coletivas que lhe eram inerentes — entra em dissolução, sendo substituída pelo *escravismo*.

2.2. Forças produtivas, relações de produção e modos de produção

O surgimento do excedente econômico sinalizou historicamente um enorme desenvolvimento do processo de trabalho, graças ao qual a produção de bens ultrapassou as necessidades imediatas da comunidade.

Ora, a produção de bens, qualquer que seja ela, realiza-se através do **processo de trabalho**, que envolve os seguintes elementos:

a) *os meios de trabalho* — tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho;

b) *os objetos do trabalho* — tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano;

c) *a força de trabalho* — trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades.[2]

O conjunto desses elementos designa-se por **forças produtivas**. Se a produção depende da existência dos meios e dos objetos de trabalho — que constituem os *meios de produção* —, é a intervenção da força de trabalho que a viabiliza. De fato, a força de trabalho (vale dizer: a capacidade dos homens operarem os meios de produção) é a mais preciosa das forças produtivas: afinal, são os homens que, através do acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam instrumentos de trabalho, descobrem novos objetos de trabalho, adquirem habilidades e conhecimentos. Na força de trabalho, o caráter histórico das forças produtivas revela-se de maneira privilegiada: o crescimento da **produtividade do trabalho** (isto é, *a obtenção de um produto maior com o emprego da mesma magnitude de trabalho*) depende da força de trabalho, da sua capacidade para mobilizar perícia e conhecimentos (quanto mais verdadeiros, rigorosos e científicos, mais eficientes).[3]

---

2. *A força de trabalho*, energia humana empregada no processo de trabalho, não deve ser confundida com o *trabalho realizado*, que é o produto da aplicação da força de trabalho.

3. O estoque de conhecimento disponível numa sociedade amplia o potencial das forças produtivas na escala em que, *pela mediação de tecnologias*, pode ser utilizado na produção material — por isso, quando surge, a ciência pode ser considerada uma força produtiva *indireta*.

Uma vez que mencionamos o crescimento da produtividade do trabalho, devemos observar que ele surge vinculado à repartição do trabalho. Antes mesmo do aparecimento do excedente econômico, na comunidade primitiva diferenciaram-se as atividades de homens e mulheres — a *divisão sexual* é a primeira forma da repartição do trabalho; posteriormente, dividiu-se também o trabalho entre o artesanato e as ocupações agrícolas, num processo que, muito mais tarde, desembocaria na divisão entre cidade e campo e na grande clivagem entre atividades manuais e atividades intelectuais. Com efeito, à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade (e, com ela, o volume do excedente), esta divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros — instaurando a **divisão social do trabalho**, que avança tanto mais rapidamente quanto mais os bens produzidos, deixando o limite do autoconsumo das comunidades, destinam-se à troca. Cabe assinalar que essa divisão reparte o trabalho em especialidades (a olaria, a fabricação de armas etc.), mas não reparte cada especialidade em operações limitadas (o oleiro controla todas as fases da produção de uma ânfora); esta última repartição só ocorrerá muito ulteriormente e a ela nos referiremos no momento oportuno (Capítulo 4, item 4.5).

Retornemos às forças produtivas: elas não operam num vácuo — operam no marco de determinadas relações já que, como vimos no Capítulo 1, o trabalho é, por sua própria condição, um processo social, ainda quando realizado individualmente; as forças produtivas operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Realmente, as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as **relações de produção**.

As *relações técnicas de produção* dependem das características técnicas do processo de trabalho (o grau de especialização do trabalho, as tecnologias empregadas etc.) e dizem respeito ao controle ou domínio que os produtores diretos têm sobre os meios de trabalho e sobre o processo de trabalho em que estão envolvidos. Mas elas se subordinam às *relações sociais de produção*, que as especificam historicamente e que são determinadas pelo *regime de propriedade* dos meios de produção fundamentais. Se a *propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva* (como na comunidade primitiva), tais relações são de cooperação e ajuda mútua, porque os produtos do trabalho são desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropria do

fruto do trabalho alheio; se tal propriedade é *privada, particular* (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos, ou seja, estes são *explorados* por aqueles (tal como ocorreu, como logo veremos, a partir da dissolução da comunidade primitiva). Nas sociedades onde existe a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende da sua posição diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção fundamentais — em síntese, *na propriedade privada*[4] *está a raiz das classes sociais*.

A articulação entre forças produtivas e relações de produção — a que se denomina **modo de produção** — é extremamente complexa, variando ao longo da história e exigindo, para a sua compreensão, análises rigorosas e detalhadas. E isso por uma razão central: determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas requer relações de produção também determinadas — deve haver uma *correspondência das relações de produção às forças produtivas*. Essa correspondência nunca está dada definitivamente, porque o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção não obedece aos mesmos ritmos: comprovou-se historicamente que as primeiras são muito mais dinâmicas que as segundas. Enquanto as forças produtivas tendem, quase sempre, a um desenvolvimento cumulativo e intenso, as relações de produção modificam-se muito mais lentamente. Existe a correspondência assinalada quando as relações de produção (determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais) favorecem o desenvolvimento das forças produtivas; quando estas deixam de ser fomentadas pelas relações de produção e, sobretudo, quando passam a ser travadas por elas, aquela correspondência é substituída pela *contradição* entre forças produtivas e relações de produção — que se resolve pela transformação estrutural e substantiva do próprio modo de produção.

Os modos de produção, portanto, não são resultantes harmoniosos e/ou estáticos do desenvolvimento histórico-social; ainda que perdurando por

4. Note-se que, aqui, tudo se refere à propriedade privada de *meios de produção fundamentais* — não está em jogo a propriedade de bens de uso pessoal.

séculos, são atravessados por contradições (das quais as mais decisivas se põem quando forças produtivas e relações de produção deixam de se corresponder) e se transformaram ao longo da evolução da humanidade. Cada modo de produção que a humanidade conheceu — e, adiante, deles falaremos — apresentou peculiaridades que o distinguiram dos demais.

Esquematicamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a *estrutura* (ou *base*) *econômica da sociedade*, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como *superestrutura* e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social. Em cada modo de produção, porém, as relações entre estrutura e superestrutura são igualmente particulares: se se pode afirmar, com base na análise histórica, que as características da estrutura sempre foram mediata e indiretamente determinantes para a configuração da superestrutura, é também importante sublinhar que as relações entre ambas constituem problemas só deslindáveis através de análises cuidadosas de modos de produção específicos.

Dois pontos, porém, já estão suficientemente esclarecidos no exame dos modos de produção. O primeiro diz respeito às suas *leis de desenvolvimento* — que nos interessam diretamente, já que, como vimos com o professor Lange (1963, p. 19), "a Economia Política é a ciência das leis sociais da atividade econômica". As leis que regem a atividade econômica (e, com efeito, a vida social) são distintas das leis que se referem à natureza. Em comum com estas, têm o fato de serem igualmente *objetivas*, isto é, operam independentemente da consciência dos homens e dos juízos de valor que delas se façam; no caso de ambas as leis, os homens não podem aboli-las: podem, se as conhecerem, utilizá-las em seu benefício. Mas há duas diferenças que particularizam as leis econômicas: de um lado, elas possuem um *caráter tendencial*: dada a extrema complexidade do ser social (como se observou no Capítulo 1, o social é o mais complexo dos níveis do ser), elas operam como *tendências* que podem ser travadas por contratendências (ou seja, por outras leis ou por intervenções conscientes dos homens); de outro lado, elas têm validade limitada: não existem leis econômico-sociais supra-históricas. Por isso mesmo, cada modo de produção apresenta leis que lhe são peculiares, donde a decisiva descoberta de Marx conforme a qual cada época histórica, marcada pelo modo de produção nela dominante, tem suas próprias leis de desenvolvimento.

O segundo ponto refere-se à possibilidade de transformação estrutural e substantiva de um modo de produção, determinada basicamente, como vimos há pouco, pela falta de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Quando a dinâmica das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção e estas se tornam um freio para o desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção pode ser implodido. Num texto célebre, Marx escreveu:

> Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (Marx, 1982a, p. 25)

Marx refere-se expressamente a *uma época* de revolução social — isto é, a um lapso temporal que não é breve e em cujo decurso, que configura a *transição* de um modo de produção a outro, podem surgir formas econômico-sociais que associam traços do modo de produção que está sendo destruído e outras que antecipam o novo modo de produção. Seja nessas transições, seja na própria existência regular de um modo de produção, podem-se localizar formas que pertencem a outros modos de produção. Na verdade, a análise histórica demonstra que, nas sociedades que sucederam à comunidade primitiva, havendo sempre um modo de produção *dominante*, ele subordina formas remanescentes de modos já substituídos, formas que se apresentam como vestígios mais ou menos fortes do passado — podendo mesmo, em certos casos, ocorrer a combinação de formas de mais de um

modo de produção numa sociedade determinada. Por isso, emprega-se a expressão **formação econômico-social** (ou, simplesmente, *formação social*) para designar a estrutura econômico-social específica de uma sociedade determinada, em que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes (e, mesmo, com formas que prenunciam elementos a se desenvolverem posteriormente).

2.3. Produção, distribuição e consumo

O leitor que nos seguiu até aqui já se deu conta de que a nossa atenção está centrada fundamentalmente na **produção** das condições materiais que permitem que a sociedade se mantenha como tal (isto é, se produza e se reproduza, com seus membros reproduzindo a sua própria vida). Mas deve ter ficado claro, a esta altura, que a vida social nem de longe se esgota ou reduz a tais condições materiais — basta que o leitor se recorde da multiplicidade de objetivações de que o ser social é capaz e se lembre da riqueza da práxis (tal como as examinamos no Capítulo 1) para não ter dúvidas quanto a esse aspecto.

Isso posto, nossa atenção à produção dos bens que atendem às necessidades individuais e coletivas dos membros da sociedade — buscando compreender as relações que os homens nela estabelecem (relações que são o objeto da Economia Política) — não significa que a produção deva ou possa ser desvinculada dos processos econômico-sociais que dela decorrem necessariamente, em especial a **distribuição** (ou *repartição*) e o **consumo**.

O trabalho humano, a ação do homem sobre a natureza, cria bens que constituem *valores de uso* para os membros da sociedade — entendendo-se por *valor de uso* algo que tem a finalidade e a qualidade de satisfazer uma necessidade qualquer (no Capítulo 3, item 3.1., ao tratar da *mercadoria*, veremos que, nela, o valor de uso une-se ao *valor de troca*). Para que tais bens cumpram a sua função (ou seja, para que se *realizem*), eles devem ser *distribuídos* (repartidos) e *consumidos*.

O conjunto dos bens (valores de uso) produzidos numa sociedade determinada, num lapso de tempo também determinado, é designável como *produto social global (ou total)*. Para ser consumido, esse produto deve ser repartido entre os membros da sociedade — a *distribuição* consiste, pois, na

forma pela qual o produto social global é dividido entre os diferentes membros da sociedade.

Todavia, quando se examina com cuidado a relação entre a produção e a distribuição, verifica-se que a repartição do produto social global está conectada *ao regime de propriedade dos meios de produção fundamentais* e dele depende. Se essa propriedade é coletiva, a repartição tende a ser igualitária (é o que ocorreu na comunidade primitiva); se a propriedade é privada, tende a ser profundamente desigual (como nos modos de produção que se sucederam a partir da dissolução da comunidade primitiva). O exame referido, assim, comprova que **as *relações de distribuição* são determinadas pelas *relações de produção*.**

Os bens, ou valores de uso, realizam-se quando são consumidos. *O consumo é o processo no qual um bem é utilizado para a satisfação de uma necessidade determinada.*[5] A consideração do consumo do produto social global mostra que nem todos os bens produzidos são imediatamente consumidos pelos membros da sociedade; parte deles é destinada a novos processos produtivos, na condição de meios de produção — assim, deve-se distinguir o *consumo produtivo* (o consumo de meios de produção no processo produtivo) do *consumo improdutivo* (o consumo de valores de uso que não contribui para a continuidade do processo produtivo); pode-se, ainda, diferenciar o *consumo individual* (o consumo direto de um valor de uso por um membro da sociedade) do *consumo coletivo* (o consumo de um valor de uso por um conjunto de membros da sociedade). Em qualquer caso, porém, compreende-se o consumo *a partir da produção*: é a produção que oferece ao consumo o seu *objeto*; como se trata de um objeto preciso (um valor de uso determinado), a *forma* do consumo não é aleatória, mas conectada ao próprio objeto; enfim, é a produção de *novos* valores de uso que cria novas necessidades de consumo.

Justifica-se, pois, a centralidade que conferimos à análise da produção e das relações de produção — elas são fundamentais para deslindar *o conjunto* do processo econômico, que se configura como uma totalidade com-

---

5. A maioria dos economistas marxistas *exclui* o consumo do campo da Economia Política — eis o que diz, por exemplo, um dos mais eminentes entre eles: "O próprio ato do consumo fica fora do domínio da Economia Política. Pertence à Biologia, Higiene, Cultura, Pedagogia, Psicologia, assim como a outros setores do conhecimento teórico e prático. O consumo dos bens [...] representa, por conseguinte, o limite até onde se estende o campo que interessa à Economia Política" (Lange, 1963, p. 19).

posta por distintos momentos. Isso não significa que a produção e as relações de produção não sejam afetadas, por exemplo, pela distribuição e pelo consumo; significa, tão-somente, que a produção constitui o *momento determinante* daquela totalidade. Ou, para retomar a síntese de Marx:

> O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma [...] como se alastra aos demais momentos. [...] Uma forma determinada de produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas desses diferentes fatores entre si. A produção, sem dúvida, [...] é também determinada por outros momentos. [...] Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. (Marx, 1982a, p. 13-14).

Feitas essas precisões categoriais, podemos retornar agora à nossa argumentação histórica, interrompida quando mencionamos a dissolução da comunidade primitiva.

2.4. O escravismo e o feudalismo

O surgimento do excedente econômico — sinalizando o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho e apontando para as trocas entre os grupos humanos — e a sua apropriação por aqueles que passaram a explorar os produtores diretos levaram à dissolução da comunidade primitiva. Vai sucedê-la o *modo de produção escravista* que, no Ocidente, estrutura-se por volta de 3.000 anos antes de Cristo, configurando o *Mundo Antigo*, que perdurará até a queda do Império Romano.

É a possibilidade de um homem produzir mais do que consome — isto é: de produzir um excedente — que torna compensador escravizá-lo; só vale a pena ter escravos se o seu proprietário puder extrair deles um produto excedente (ou *sobreproduto*). A comunidade primitiva não conheceu a escravatura — quando os grupos humanos iam à guerra, matavam os prisioneiros (e, eventualmente, os devoravam), porque não havia como explorá-los. O surgimento do excedente muda radicalmente as relações sociais: posto o excedente, vale a pena escravizar e explorar homens. Organiza-se agora a

sociedade, através da força e da violência, em dois pólos: no cume, uma minoria de proprietários de terras e de escravos (que amplia seus contingentes através de guerras) e, na base, a massa de homens que não tem sequer o direito de dispor da própria vida — e entre esses dois pólos gravitam camponeses e artesãos livres. Ao mesmo tempo, como parte do excedente econômico toma a forma de mercadoria (ou seja, de valores de uso produzidos para a troca), o comércio começa a se desenvolver, implicando o aparecimento do dinheiro (meio de troca) e de um grupo social dedicado à atividade mercantil (os comerciantes ou mercadores). Ao cabo de algum tempo, a escravidão deixa de envolver apenas os capturados em guerras, estendendo-se a membros da própria sociedade em questão.

O modo de produção escravista, ou *escravismo*,[6] que esteve na base da grande civilização grega e teve continuidade com o Império Romano, não foi o único dominante na Antiguidade. Especialmente no Extremo Oriente, constituiu-se uma articulação social distinta, com a hipertrofia de um forte poder político central — um *Estado*, cuja função logo veremos — que se responsabilizou pela construção de obras hidráulicas de grande porte (drenagem, irrigação) e manteve em suas mãos o controle da terra e da agricultura; ali, formas políticas despóticas combinaram-se com uma estagnação social que acabou por garantir uma enorme perdurabilidade histórica àquela articulação, designada de *modo de produção asiático*.

No Ocidente, porém, o escravismo imperou até a queda do Império Romano. Na sociedade escravista, as relações sociais eram presididas pelo antagonismo entre escravos e seus proprietários. Mas havia, além dos poucos segmentos livres (artesãos, por exemplo) a que aludimos, subgrupos que serviam aos proprietários, ligando-se a tarefas administrativo-burocráticas (coleta de impostos, cobrados de agricultores e mercadores) ou repressoras (combate às rebeliões de escravos). Por outra parte, o escravismo compatibilizou-se bem com as formas imperiais: com as conquistas de novos territórios, os proprietários obtinham novos escravos e coletavam mais tributos dos dominados.

O escravismo, com todos os seus horrores, significou, em relação à comunidade primitiva, um passo adiante na história da humanidade: in-

6. Como *modo de produção*, o escravismo é típico do Mundo Antigo. A escravatura instaurada nas Américas, no processo de colonização que se seguiu à expansão marítima, será subordinada às formas sociais do modo de produção capitalista.

troduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (*produção mercantil*), estimulou o comércio entre distintas sociedades. Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (o escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial. Compreende-se, pois, que no escravismo, dividida a sociedade em duas *classes sociais fundamentais*[7] e diferenciados os demais grupos sociais, tenham surgido as primeiras formas de poder político condensadas no que se denominará *Estado*. Na verdade, como Engels assinalou, é com o escravismo que a humanidade abandonou o estágio da antiga barbárie e ingressou no estágio da *civilização*, que, entre outros traços, pode ser assim caracterizado:

> A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que é [...] o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão social do trabalho e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor dos seus bens ainda depois de morto. (Engels, *in* Marx e Engels, 1963, 3, p. 140-141)

O leitor atento seguramente indagará como, *com todo o seu horror*, pôde o escravismo significar um avanço na história humana. A resposta está no esclarecimento oferecido pelo mesmo autor que acabamos de citar, esclarecimento que não se limita ao escravismo, mas se aplica a todos os modos de produção que sucederam a comunidade primitiva:

> Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso

7. Como o leitor pode depreender, as classes *sociais* são determinadas primariamente pela sua condição de proprietárias ou não dos meios de produção fundamentais; em cada modo de produção, há sempre classes *fundamentais* (aquelas em que se expressam as relações de produção características desse modo de produção) ao lado de outras, compondo a estrutura social das formações econômico-sociais.

> na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra (id., ibid.).

O apogeu do escravismo identifica-se com o apogeu do Império Romano e a crise deste será o golpe de morte no escravismo. A grandeza do império reclamava um enorme excedente econômico para manter a repressão aos escravos, a submissão dos povos conquistados e o parasitismo dos grandes proprietários; ao mesmo tempo, "o trabalho monótono e de má vontade das hordas de escravos que a conquista proporcionava mal podia sustentar o vasto edifício do domínio romano. E, mais ainda, a difusão do trabalho escravo também disseminou a ruína e destruição entre os artesãos e os camponeses" (Eaton, 1965, p. 19). Essa ruína tornou-se tanto mais ampla quanto mais a produtividade do trabalho livre, potenciada pelo desenvolvimento de novas forças produtivas,[8] foi asfixiada pela disseminação do escravismo. Assim, quando o Império Romano, sob a pressão das chamadas "invasões bárbaras", desintegrou-se na metade inicial do primeiro milênio da nossa era, também foi abaixo o escravismo.[9]

Ao cabo de um período de transição, impôs-se o *modo de produção feudal* — o *feudalismo* —, que terá vigência até o último terço do segundo milênio da era cristã. A centralização imperial foi substituída pela atomização dos *feudos*, unidades econômico-sociais desse modo de produção: base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) — pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e os servos — e é preciso recordar que a Igreja católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza e com ela se identificava, detinha grandes extensões de terras, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder.

8. Sob o escravismo, como informa John Eaton (1965, p. 24), inventou-se a roda dentada, passou-se a fundir e a utilizar eficientemente o ferro e o bronze, generalizou-se o emprego da tração animal, surgiram as alavancas e o parafuso de Arquimedes, o arado pesado, a confecção de pregos, a plaina de carpinteiro, o moinho d'água, os guinchos e a roda hidráulica.

9. O que não significa dizer que a escravidão foi inteiramente abolida na Europa — de fato, mesmo que em número pouco significativo, escravos continuaram a existir até o final da Idade Média.

A condição servil dos camponeses era muito distinta da condição dos escravos — embora duramente explorados (não só pelo dever do trabalho nas terras do senhor, mas ainda por inúmeros tributos, inclusive o dízimo recolhido pela Igreja), dispunham de instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento do que produziam nas glebas e nas terras comunais. A economia do feudalismo era essencialmente rural e autárquica: cada feudo compunha-se de uma área de terra de extensão variável, envolvendo uma ou mais aldeias, e sua produção era destinada especialmente ao autoconsumo. À diferença da relação que o escravo mantinha com o seu proprietário, a relação entre o servo e o senhor feudal implicava formalmente uma série de compromissos mútuos — a prestação de serviços pelos servos, a proteção da vida do servo pelo senhor.

Mas também no regime feudal o excedente produzido pelos servos era expropriado mediante o monopólio da violência (real e potencial) exercido pelos senhores que, ademais, administravam a justiça no limite dos seus feudos. Todos os testemunhos históricos documentam a vida miserável que então cabia aos servos, bem como o ódio que devotavam a seus senhores, a quem deviam, ainda, o compromisso de não se afastar dos feudos (com efeito, o servo estava "preso à terra" e as mudanças ou fugas eram duramente punidas); não é por acaso, portanto, que as rebeliões camponesas tenham marcado tão fortemente a baixa Idade Média — cf., adiante, a nota 12.

O feudalismo encontrou-se plenamente estruturado na Europa por volta do século XI, com suas características principais inteiramente definidas: uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriado pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrada no trabalho artesanal. Essas trocas serão muito estimuladas a partir das Cruzadas;[10] assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar mais complexa: os artesãos a pouco e pouco se organizam (em *corporações*) e os comerciantes/mercadores também buscam mecanismos

10. A primeira cruzada data do fim do século XI e a última, a sétima, de meados do século XIII.

associativos (as *ligas*). O estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque cujas consequências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a via à crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do *Antigo Regime*.

Com efeito, o desenvolvimento do comércio não vai apenas romper com o caráter autárquico da economia do feudo e suas limitações — terá implicações muito mais profundas. De uma parte, estimulando o consumo da nobreza por *mercadorias* (especialmente as trazidas do Oriente pelas caravanas de mercadores) que não podiam ser obtidas por meio de saques ou guerras, mas trocadas por *dinheiro*, começará a conferir a este uma função privilegiada na vida social; de outra, fomentando a atividade comercial entre regiões afastadas, estimulará o surgimento de *cidades*, num original movimento urbanizador, pois é nas cidades que os núcleos das redes comerciais se localizarão (Veneza, Colônia, Bruges, Londres). É no interior dessas relações que um grupo social começa a ganhar importância crescente: o dos comerciantes/mercadores, representantes do *capital mercantil* (cf., adiante, no Capítulo 3, o item 3.2), movidos por um único objetivo, o *lucro*. É com eles que uma nova forma de riqueza, diferente daquela própria à ordem feudal — nesta, a forma privilegiada de riqueza era a *imobiliária*, expressa pela propriedade da terra —, vai ganhar relevância: a riqueza *mobiliária*, traduzida pela acumulação de dinheiro. Dos grandes comerciantes, grupo social que nasce nas entranhas da ordem feudal, surgirão os elementos que, a partir do século XVI, conformarão a classe que derrotará a feudalidade — eles constituirão a *burguesia*.

2.5. A crise do feudalismo e a Revolução Burguesa

A crise do feudalismo abre-se no século XIV, num processo extremamente complexo — e, até hoje, objeto de controvérsias e polêmicas — que só culminará, em termos histórico-universais, no final do século XVIII. No decurso desses séculos, operando para a ultrapassagem do modo de produção feudal, as suas contradições internas foram potenciadas pelos efeitos do florescimento do comércio, expressos na consolidação crescente de uma economia de base mercantil. O processo de crise do feudalismo é, igualmen-

te, o solo histórico do movimento que conduzirá ao *mundo moderno* — a Revolução Burguesa.[11]

Precisamente no século XIV, a produção em que fundamentalmente se baseava o regime feudal (isto é: os cultivos e a pecuária) viu-se comprometida: as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se à base da redução de áreas para a pecuária. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro (sob a forma de moeda metálica), o que trouxe grandes dificuldades, ainda que temporárias, para a vida comercial. Acresça-se a isso um outro fenômeno — a *peste negra* que, vinda da Ásia em 1348, dizimou cerca de um quarto da população europeia — e ter-se-á o quadro que vai erodir o regime feudal, que parecera tão estável entre os séculos XI e XIV.

As lutas entre as classes fundamentais do modo de produção feudal, senhores e servos (proprietários fundiários e camponeses), agudizam-se dramaticamente a partir de então,[12] já que os primeiros, para compensar a redução do excedente econômico de que se apropriavam, trataram de acentuar a exploração dos produtores diretos; e também entre os senhores instalaram-se conflitos que derivaram em verdadeiro banditismo, configurando um cenário de confrontos sociais que invadirá o século XVI.

É neste último século que o protagonismo dos movimentos camponeses praticamente se esgotará. Mas, mesmo derrotados os servos pela força, a sua luta conduziu a importantes alterações no regime feudal, alterações que o desenvolvimento do comércio já preparava. Do ponto de vista econômico, mediações de natureza mercantil penetraram as relações básicas da economia feudal entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começaram a ser substituídas por pagamentos em dinheiro). Aquilo que era

11. Nossas observações, daqui em diante, centrar-se-ão no rumo histórico da Europa Ocidental, dada a sua relevância direta para a compreensão do modo de produção capitalista; para a análise da Europa Oriental, valem as pesquisas de Anderson (1989 e 1989a).

12. Recorde-se, a título de ilustração: a guerra camponesa na Flandres Ocidental (1320), o levante do campesinato francês (1358, a *Grande Jacquerie*), a revolução camponesa na Inglaterra (1381), a revolta dos servos da Catalunha (1462), a insurreição do campesinato calabrês (1469) e as guerras camponesas na Alemanha (1525).

próprio de um segmento da ordem feudal, a economia mercantil urbana, cada vez mais consolidada e ampliada, a pouco e pouco iniciou uma irreversível expansão. Do ponto de vista político, ocorre uma centralização do poder, que vai encontrar a sua expressão maior na formação do Estado nacional moderno, através do surgimento do *Estado absolutista*.

O Estado absolutista representou a resposta dos senhores à rebeldia dos servos: seu caráter de classe mostrou-se óbvio — foi um notável reforço para combater as mobilizações camponesas. No entanto, esse instrumento repressivo a serviço da nobreza fundiária se constituiu *reduzindo* o poder dos nobres tomados singularmente; na verdade, concentrando o poder político nas mãos de *um* deles (o rei, que, até então, detinha uma reduzida autoridade), diminuiu significativamente a capacidade interventiva de cada um dos senhores feudais. Com isso, abriu-se ao mesmo tempo o campo para uma maior influência do grupo dos comerciantes / mercadores que, gradualmente, tornaram-se os *financiadores* do Estado absolutista, juntamente com as principais *casas bancárias* da época (as italianas Frescobaldi, Gualterotti e Strozzi e as alemãs Fugger, Welser e Hauser), que cresceram na mesma medida em que o comércio ganhava dimensões internacionais.

Dissemos que tal Estado inaugura o moderno Estado nacional. Com efeito, é com o absolutismo, a partir do século XVI, que surgem as estruturas próprias do Estado moderno, articulador da *nação*: uma *força armada* sob comando único, uma *burocracia* e um *sistema fiscal*. Não foi por acaso que se observou que "o poder estatal centralizado, com seus órgãos onipotentes — o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura — [...] procede dos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo" (Marx, *in* Marx e Engels, 1961, 2, p. 80). Detenhamo-nos um pouco sobre o final dessa observação.

O Estado absolutista, do ponto de vista do seu conteúdo de classe, é, como assinalamos, um instrumento a serviço do *conjunto* dos senhores feudais. Para cumprir com essa função, porém, ele desenvolveu órgãos e instituições que se chocavam contra um ou outro senhor feudal singular e que não contrariavam os interesses dos grupos mercantis mais ricos, os grandes comerciantes (em suma, a nascente burguesia). A centralização política, por exemplo, colidia com a prática da cobrança de pedágio por parte dos senhores feudais, prática que acabou sendo suprimida — e essa supressão favoreceu

os grandes comerciantes, cujas caravanas se deslocavam por rotas que cobriam largas extensões —; outro exemplo: a existência de uma força armada única, desmobilizando as milícias particulares dos senhores feudais, passou a garantir a segurança das caravanas comerciais. Numa palavra, a centralização do poder político nas mãos de um monarca absoluto atendeu, num primeiro momento, aos interesses do conjunto da nobreza e dos grandes comerciantes — financiadores, os últimos, do custo cada vez maior das novas instituições e seus órgãos.

Tais custos não podiam ser bancados nem pelos nobres nem pelos camponeses. Os primeiros constituíam uma classe parasitária e o principal do que obtinham vinha da exploração dos camponeses (a parte que provinha de seus negócios agora tornados mercantis, embora significativa, não era decisiva); os camponeses, que, com a expansão da economia mercantil à vida rural, estavam a pouco e pouco se livrando das obrigações da servidão,[13] mesmo com uma melhora da sua situação a partir de meados do século XV, não podiam suportar a carga fiscal que lhes era imposta. Restava aos grandes grupos mercantis bancar aqueles custos — e eles o fizeram na medida em que alguns de seus interesses eram contemplados pelas monarquias absolutas.

Os *monopólios comerciais* que as monarquias absolutas conferiam aos grandes comerciantes estavam no centro daqueles interesses. Criando *companhias por ações* (como aquelas das "Índias Ocidentais"), esses comerciantes operaram a chamada *revolução comercial*, que deslocou a rota comercial para o Atlântico nos séculos XVI e XVII, especialmente voltada para a América. Se as suas expedições rendiam lucros fabulosos desde a navegação de Vasco da Gama, envolvendo diretamente reis e rainhas,[14] a exploração posterior ofertaria ganhos antes impensáveis aos seus promotores. Muito notavelmen-

13. Do ponto de vista *factual*, a conversão de prestações em serviço e espécie em pagamentos em dinheiro fez com que, já em meados do século XVII, a servidão desaparecesse em significativas áreas da Europa Ocidental; um dado é eloquente: em 1700, dos 22 milhões de camponeses existentes na França, apenas 1 milhão era de servos no sentido rigoroso. Mas "o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. A identificação de um com o outro é um erro [...]" (Anderson, 1989a: 17).

14. Os lucros da viagem de Vasco da Gama à Índia (1498) foram da ordem de 6.000%. Informa Huberman (1986, p. 91): "Em uma das expedições de Drake contra os espanhóis, a própria rainha Elisabete possuía ações [...]. Os lucros, apenas nessa expedição, se elevaram a 4.700%, dos quais a boa rainha Bess recebeu cerca de 250.000 libras como sua cota".

te, o ouro e a prata americanos, inundando a Europa, fortaleceram demasiadamente os grandes grupos comerciais.

Mas os instrumentos do Estado absolutista que favoreciam tais grupos não eliminavam a contradição entre os interesses da nobreza e os novos ricos. A expansão das atividades mercantis, que agora tinham amplitude internacional e na Europa Ocidental viam o nascimento da *manufatura* (cf., adiante, no Capítulo 4, o item 4.5), chocava-se com a *estrutura* do Estado absolutista; conforme uma arguta análise, essa "revolução das condições econômicas da vida social não foi seguida por uma mudança correspondente na estrutura política. Enquanto a sociedade tornava-se cada vez mais burguesa, a ordem política continuou sendo feudal" (Engels, 1972, p. 115). Esse cenário é exatamente aquele em que, como vimos há pouco (no item 2.2), "sobrevém uma época de revolução social": as forças produtivas já não podem se desenvolver no marco das relações de produção — na sociedade, surgiam forças produtivas[15] que exigiam novas relações (capitalistas, burguesas), mas estas eram travadas pelo Estado absolutista (que condensava relações de produção feudais). Sobreveio a Revolução Burguesa.

Os comerciantes/mercadores, no interior da sociedade feudal, foram se tornando protagonistas econômicos importantes. Seus interesses chocavam-se com os da nobreza feudal, mas, nos primeiros momentos de constituição do Estado absolutista, como vimos, essa contradição subordinou-se àquela que antagonizava nobres e servos. Uma vez derrotados os servos, a contradição entre os grandes grupos mercantis (dos quais emergia a nova classe burguesa) e a nobreza ganhou o primeiro plano da vida social. O Estado absolutista, que, no entretempo, servira também aos interesses da burguesia nascente, agora transforma-se — como expressão maior das

15. Apenas a título de ilustração, anotem-se as seguintes invenções e inovações (todas posteriores à impressão com tipos móveis [Gutenberg] e à utilização bélica da pólvora) — entre 1500 e 1650: relógio de corda, trilhos nas minas, relógio de pêndulo; ao longo do século XVIII: máquina de Newcomen, fundição a carvão, lançadeira, máquina de cardar, cronômetro, fuso de tear, máquina rotativa de Watt, balão, torno de Maudslay; neste século XVIII, o da *Revolução Industrial*, as inovações referidas à tecelagem foram decisivas: a *jenny* (Hargreaves, 1764), a *throstle* (Arkwright, 1771) e a *mule* (Crompton, 1779). Compreende-se esse acúmulo se se recorda que, "passo a passo com o ascenso da burguesia, produzia-se o grande ressurgimento da ciência. Voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia, a fisiologia. A burguesia necessitava, para o desenvolvimento de sua produção industrial, de uma ciência que investigasse as propriedades dos corpos físicos e o funcionamento das forças naturais" (Engels, *in* Marx e Engels, 1961, 2, p. 294).

relações sociais próprias à feudalidade — em obstáculo para o desenvolvimento burguês. E a burguesia tratou de removê-lo, num processo que culminou em 1789.

A Revolução Burguesa, vê-se, constitui mesmo toda *uma época de revolução social* — inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França). A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789, não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das ideias um campo de batalhas decisivo, como o provam a *Reforma* protestante e a *Ilustração*.[16] Foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o *povo* (o conjunto do *Terceiro Estado*) e liderá-lo na luta que pôs fim ao *Antigo Regime*.

Enterrado o *Antigo Regime*, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o *Estado burguês*. Colocando a seu serviço aqueles "órgãos onipotentes" de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu ascenso era o inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histó-

16. A Reforma, na segunda década do século XVI, foi o primeiro grande ataque político ao maior sustentáculo do regime feudal, a Igreja. Escreveu um analista: "Antes que a classe média [isto é, a burguesia] pudesse apagar o feudalismo em cada país, tinha de atacar a organização central — a Igreja. E foi o que fez. A luta tomou um disfarce religioso. Foi denominada Reforma protestante. Em essência, constituiu a primeira batalha decisiva da nova classe média contra o feudalismo" (Huberman, 1986, p. 83). Cabe assinalar que o movimento de Calvino e Lutero permitiu o desenvolvimento de uma ética apropriada ao que seria mais tarde denominado por Max Weber (1864-1920) como o "espírito do capitalismo".

A Ilustração, que floresce no século XVIII, especialmente na França, consolida a cultura antropocêntrica inaugurada pelo Renascimento e sinaliza a derrota final do ideário da feudalidade; ela é a expressão ideal mais alta da burguesia revolucionária. Do pensamento dos *enciclopedistas*, que, à diferença dos materialistas ingleses, estendiam sua crítica "a todas as tradições científicas e a todas as instituições políticas do seu tempo", veio o espírito que, durante o processo revolucionário que explodiu em 1789, "serviu de bandeira teórica aos republicanos franceses", bandeira da qual "saiu o texto da Declaração dos Direitos do Homem" (Engels, *in* Marx e Engels, 1961, 2, p. 297).

rica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia — trata-se do *modo de produção capitalista*, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de *mercadorias* ocupa o centro da vida econômica. É hora, portanto, de cuidarmos da mercadoria e do modo de produção em que ela, nas palavras de Marx, constitui a "forma celular da economia".

Sugestões bibliográficas

Acerca das categorias da Economia Política, um instrumento valioso é oferecido pelo *Dicionário do pensamento marxista*, organizado por T. B. Bottomore (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988); tais categorias, bem como as leis econômicas, são objeto das doutas reflexões de Oskar Lange em *Moderna economia política* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963). Mas a leitura fundamental continua sendo a "Introdução" de 1857, com que Marx abre os *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Borrador. 1857-1858* (acessível em K. Marx, *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982a). Quanto ao excedente econômico, o tratamento clássico é o que se encontra no segundo capítulo da obra de Paul A. Baran, *A economia política do desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Zahar, 1977).

O complexo debate sobre modos de produção/formação econômico-social pode ser aprofundado com o recurso à introdução de E. J. Hobsbawm aos textos contidos em K. Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981), e em Emilio Sereni *et al.*, *Modo de produção e formação econômico-social* (Lisboa: Estampa, 1974).

No que tange à passagem da "barbárie" à "civilização", é sugestiva a argumentação de Engels, em *A origem da propriedade privada, da família e do Estado* (*in* K. Marx e F. Engels, *Obras escolhidas em três volumes*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, v. 3); mas estudos cuidadosos sobre o escravismo e o feudalismo são da lavra de Perry Anderson (*Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989). Sobre a ordem feudal e sua desagregação, ainda compensa leitura o antigo e agradável livro de Leo Huberman, *História da riqueza do homem* (Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986, parte I) e também permanecem clássicos os capítulos II e III de Maurice Dobb, *A evolução do capitalismo* (Rio de Janeiro: Zahar, 1965); naquela desagregação, o papel do absolutismo é estudado por Perry Anderson (*Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989a); e elementos da polêmica sobre a transição do feudalismo ao capitalismo encontram-se reunidos em P. M. Sweezy *et al.*, *Do feudalismo ao capitalismo* (Lisboa: Dom Quixote, 1978). Um balanço dessa polêmica é oferecido por Ellen M. Wood, na parte I de *A origem do capitalismo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001).

A problemática ídeo-cultural no interior do Mundo Antigo (especificamente a Grécia) vem tratada por Agnes Heller, em *Aristóteles y el mundo antiguo* (Barcelona: Península, 1983, esp. partes I, 1, III e X); para o arco histórico que vai da Renascença à Ilustração, recorra-se à mesma Heller (*O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982, esp. primeira e quarta partes), a Sérgio Paulo Rouanet (*Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, caps. 1 e 4) e ao excelente livro de Leo Kofler, *Contribución a la historia de la sociedad burguesa* (Buenos Aires: Amorrortu, 1997). O trato das ideias políticas, no período da ascensão da burguesia, é o objeto de C. B. Macpherson, *A teoria política do individualismo possessivo* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979).

Filmografia

O sétimo selo. Suécia. 1957. Direção: Ingmar Bergman. Duração: 102 min.

Spartacus. Estados Unidos. 1960. Direção: Stanley Kubrick. Duração: 183 min.

O incrível exército de Brancaleone. Itália. 1965. Direção: Mario Monicelli. Duração: 116 min.

Giordano Bruno. Itália. 1973. Direção: Giuliano Montaldo. Duração: 116 min.

A noite de Varennes (Casanova e a revolução). Itália. 1982. Direção: Ettore Scola. Duração: 121 min.

O nome da rosa. Alemanha. 1986. Direção: Jean-Jacques Annaud. Duração: 130 min.

Ilha das flores. Brasil. 1989. Direção: Jorge Furtado. Duração: 13 min.

Capítulo 3

Produção de mercadorias e modo de produção capitalista

"A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar" (Marx, 1983, I, 1, p. 45). Essa frase, com que se inicia *O capital*, descreve algo que é sobejamente conhecido por todos aqueles que, como nós (autores e leitores deste livro), vivem em sociedades nas quais tem vigência o modo de produção capitalista. Todos nós temos a experiência cotidiana desse fato: a riqueza se constitui como um acúmulo de mercadorias. Mais ainda: para todos nós, comprar e vender mercadorias é igualmente uma experiência cotidiana; a compra e a venda, eis aí "a *relação* mais simples, corriqueira, fundamental, maciça e comum, com que nos deparamos mil e uma vezes" (Lênin, *apud* Nikitin, s.d., p. 32).

Na reiteração da nossa experiência diária, tudo isso nos parece muito óbvio porque nos remete a fenômenos que parecem ser absolutamente naturais. Nascemos, crescemos e vivemos (e morremos) em meio a mercadorias; aprendemos a comprar e a vender — para isso, usamos o dinheiro; e desde a infância sabemos que a riqueza se expressa pela abundância de mercadorias (que, com o dinheiro, podemos comprar), assim como a pobreza se manifesta por sua carência (quando não temos dinheiro para comprá-las). E se algum dia colocamos tudo isso em questão, haverá alguém, ao nosso lado, falando com "a voz da experiência", a espantar as nossas dúvidas, dizendo-nos *que sempre foi assim*.

Não, nem sempre foi assim — de fato, *está sendo* assim aproximadamente *apenas* nos últimos trezentos anos (e se o nosso leitor hesitar quanto a esse *apenas*, basta que volte às páginas anteriores). Neste capítulo, nosso objetivo é oferecer alguns elementos teóricos e históricos para a compreensão da *historicidade* do que parece tão "natural".

3.1. Mercadoria e produção mercantil

Comecemos por caracterizar a *mercadoria*: ela é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual — a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um *valor de uso*.

O intercâmbio entre a sociedade e a natureza, que mencionamos ao estudar o trabalho (Capítulo 1), resulta na produção de bens que são valores de uso. Sem esse intercâmbio (ou seja: sem o trabalho de que resulta a produção de valores de uso), a sociedade não pode se manter; em resumidas contas, a existência da sociedade *sempre* depende da produção de valores de uso.[1] Na medida em que é valor de uso, a mercadoria é produto do trabalho — *mas nem tudo que possui valor de uso resultante de trabalho é mercadoria*. Vejamos por quê.

Em primeiro lugar, porque só constituem mercadorias aqueles valores de uso que podem ser *reproduzidos*, isto é: produzidos mais de uma vez, repetidamente. O exemplo fornecido por dois especialistas é suficiente para esclarecer esse aspecto: "A *Gioconda*, enquanto tal, é um produto; as reproduções da *Gioconda*, que não são a própria *Gioconda*, constituem mercadorias porque são reprodutíveis" (Salama e Valier, 1975, p. 7). Em segundo lugar, porque *a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda*; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor (o móvel que um marceneiro fabrica para uso em sua própria casa) não são mercadorias — somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu *valor de troca*). Assim, portanto, **a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca**.

Para que haja produção de mercadorias, duas condições são absolutamente necessárias. A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias (ânforas, tecidos etc.), é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção — só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu pertençam a ele. Quando a propriedade dos meios de produção é coletiva, mesmo que se registre alguma divisão do trabalho, a compra e a venda não são possíveis, uma vez que o produto do trabalho pertence à coletividade em seu conjunto.[2] Isso significa que **a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção** — sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil (produção de mercadorias).[3]

Historicamente, a produção mercantil é um fruto tardio do processo de constituição da sociedade humana — suas primeiras formas surgem quando a comunidade primitiva se desintegrou. Ela aparece no modo de produção escravista, fazendo com que em inúmeras sociedades assentadas sobre o escravismo exista um segmento, maior ou menor, de relações mercantis. No modo de produção feudal, esse segmento cresceu significativamente, em especial a partir do século XIII (recorde-se o que vimos anteriormente sobre as Cruzadas e o comércio). Todavia, nem o escravismo, nem o feudalismo podem ser considerados *modos de produção de mercadorias*; rigorosamente, apenas o modo de produção capitalista caracteriza-se como um modo de produção de mercadorias.

1. Lembremo-nos ainda de que também há valores de uso que *não são produtos do trabalho* — certos bens naturais que são indispensáveis à vida humana, como o ar, por exemplo.

2. Essa consideração aplica-se somente à possibilidade de troca ou venda no *interior* de uma comunidade humana. Há indicações históricas de trocas entre *comunidades diferentes*, nas quais não existia a propriedade privada.

3. Muitos economistas distinguem, por isso mesmo, a *economia natural* (na qual a produção de mercadorias é inexistente ou residual) da *economia mercantil* (na qual a produção de mercadorias é dominante).

3.2. Produção mercantil simples e produção capitalista

A produção mercantil, surgindo já sob o escravismo e desenvolvendo-se no feudalismo, especialmente a partir do século XIII, supõe, como vimos, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Sob o escravismo, ela resultava principalmente da atividade dos artesãos (que desfrutavam da condição de trabalhadores livres), embora parte do excedente produzido pelos escravos pudesse ser trocada pelos seus proprietários. Sob o feudalismo, no decorrer do século XIII, o contingente dos artesãos aumenta (já fizemos menção às *corporações*) e às suas mercadorias se soma o excedente produzido por camponeses e destinado à troca.

Na sua configuração mais geral, essa produção de mercadorias — que se designa como **produção mercantil simples** — assentava em dois pilares: *o trabalho pessoal* e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os *proprietários dos meios de produção* que empregavam. Originalmente, esse tipo de produção não implicava relações de exploração: o camponês trabalhava solidariamente com membros da sua família e o mestre-artesão compartilhava as condições de trabalho e vida de seus aprendizes e jornaleiros (as corporações eram, também originalmente, associações de pares: aprendizes e jornaleiros seriam os futuros mestres). Ademais, esse tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores.

O desenvolvimento do comércio, a partir do século XIII, vai contribuir para alterar significativamente a produção mercantil simples. A pouco e pouco, com a crescente intervenção dos comerciantes, os mercados locais perderão sua importância, serão diversificados e estendidos e, nalguns casos, substituídos por outros, graças à ampliação das rotas comerciais. Antes dessa crescente intervenção, o produtor levava ao mercado a sua mercadoria para vendê-la a fim de obter as outras mercadorias de que carecia para o seu consumo pessoal ou as matérias-primas e instrumentos necessários à continuação do seu trabalho. Pode-se simbolizar o *processo de circulação* característico da produção mercantil simples com a seguinte expressão:

$$M \longrightarrow D \longrightarrow M \text{ (Mercadoria} \longrightarrow \text{Dinheiro} \longrightarrow \text{Outra Mercadoria)}$$

O produtor, portanto, não tinha na posse do dinheiro o seu objetivo central: o dinheiro lhe servia exclusivamente como *meio de troca* — o dinheiro funciona aqui como simples intermediação entre mercadorias diferentes. E, na escala de um mercado local, a circulação das mercadorias era restrita: ela passava quase diretamente das mãos do produtor às do consumidor.

Com a demanda de mercadorias aumentada e com a expansão do emprego do dinheiro, foram se modificando as condições gerais que contextualizavam a produção mercantil simples. A ampliação das atividades comerciais e a constituição de mercados cada vez maiores e afastados alterou aquele quadro. De um lado, os comerciantes se introduzem entre os produtores e os consumidores — a circulação das mercadorias se torna mais complexa. Os comerciantes não controlavam ou dominavam a produção: sua atividade consistia em encontrar mercadorias que podiam comprar a preços baixos e vender a preços mais altos. Frequentemente combinando a compra e a venda com a pirataria e os saques, começaram a acumular grandes lucros — a base do seu *capital comercial* (ou capital de *comércio de mercadorias* que, junto com o capital de *comércio de dinheiro*, constitui o *capital mercantil*). De fato, a circulação mercantil se modifica com a entrada em cena dos comerciantes; com eles, o esquema original se torna distinto:

$$D \longrightarrow M \longrightarrow D^{+} \text{ (Dinheiro} \longrightarrow \text{Mercadoria} \longrightarrow \text{Dinheiro acrescido)}$$

Note-se que eles não participavam das atividades produtivas seja nas áreas onde compravam, seja nas áreas onde vendiam: eram somente elos de ligação entre esses espaços. Os seus ganhos (isto é, lucros) fundavam-se na diferença entre o que pagavam e o que recebiam pela mercadoria transacionada (na fórmula acima, essa diferença positiva é representada por D^{+}). Recorde-se, como vimos no capítulo anterior, que a futura burguesia terá origem entre os grupos mercantis cujas fortunas cresceram enormemente nos séculos XV e XVI.

De outro lado, alteraram-se as condições em que operavam os produtores diretos. Processava-se uma diferenciação entre os artesãos: uma minoria de mestres enriqueceu às expensas de seus jornaleiros e aprendizes — a antiga solidariedade de pares se dissolveu e dos mestres emergiu uma camada de *patrões*. Também os camponeses que destinavam seu excedente para o mercado foram impactados: uma minoria enriqueceu e a maioria se

arruinou. Já no século XVIII, a produção mercantil simples viu-se deslocada pela **produção mercantil capitalista**.[4]

As bases da produção mercantil capitalista são inteiramente distintas das da produção mercantil simples. Se ambas supõem a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil capitalista essa propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao *capitalista* (ao burguês). Aqui, desaparece o *trabalho pessoal* do proprietário: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha — ele compra a *força de trabalho* que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias. Logo adiante, veremos como surge essa força de trabalho que pode ser comprada e vendida — ou, mais exatamente, veremos como a força de trabalho se torna, ela também, uma mercadoria. Por agora, o que importa sublinhar é que a produção mercantil capitalista, à diferença da produção mercantil simples, assenta na *exploração da força de trabalho*, que o capitalista compra mediante o *salário*. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na *exploração do trabalho* — reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista.

A circulação mercantil *capitalista*, evidentemente, é distinta da circulação mercantil simples. O capitalista, ao contrário do produtor mercantil simples, não quer mercadorias para trocar por outras mercadorias e, portanto, não emprega o seu dinheiro como simples intermediário entre uma mercadoria e outra. A circulação capitalista também difere daquela na qual o comerciante é o elo entre produtores (camponeses e artesãos) e consumidores, precisamente porque o lucro capitalista não é criado na esfera da circulação; provindo da esfera da produção, o lucro capitalista exige a continuidade da produção e o seu controle pelo capitalista — nem uma nem outro são decisivos para o comerciante. Se tanto o comerciante quanto o capitalista têm no lucro o seu único objetivo, para este último o fato de comandar a produção é central. Assim, a circulação mercantil *capitalista* expressa-se na seguinte fórmula:

$$D \longrightarrow M \longrightarrow D' \text{ (Dinheiro} \longrightarrow \text{Mercadoria} \longrightarrow \text{Dinheiro acrescido)}$$

4. Isso não significa, em absoluto, o desaparecimento da produção mercantil simples — ao longo do desenvolvimento da sociedade burguesa, ela se conservou (como ainda hoje se pode constatar) e não há indicações de sua inteira supressão. Desde o século XVIII, porém, ela não dispõe de gravitação na dinâmica econômica do capitalismo.

Mas, atenção: o *D'* que o capitalista obtém ao fim do processo é inteiramente diverso do D^+ obtido pelo comerciante; se este advém da diferença entre os preços de compra e venda, o *D'* embolsado pelo capitalista provém de um **acréscimo de valor** gerado, na produção, pela intervenção da força de trabalho; D^+ é dinheiro + lucro; *D'*, de onde sai o lucro do capitalista, é dinheiro **+ mais-valia**, que analisaremos mais adiante (Capítulo 4, item 4.2).

Podemos agora explicitar uma determinação essencial: nem toda produção mercantil é produção capitalista, embora toda produção capitalista seja produção mercantil **— o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o *trabalho assalariado*** (o salário é o preço que o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho). Não é, portanto, apenas a produção de mercadorias que caracteriza o modo de produção capitalista; na verdade,

> as condições históricas da existência [do modo de produção capitalista] não se limitam à simples circulação de dinheiro e mercadorias. [Ele] só pode florescer quando o dono dos meios de produção e subsistência encontra no mercado o trabalhador livre, que vende sua capacidade de trabalho (Marx, *apud* Sweezy, 1962, p. 88).

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho — o proletário (ou operário). As *classes fundamentais* do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho.[5]

5. O fato de o modo de produção capitalista implicar duas classes fundamentais não significa que as formações sociais capitalistas tenham suas estruturas de classes constituídas somente por duas classes — nelas, burguesia e proletariado articulam-se a outras classes.

Mas, historicamente, quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade *de mercantilizar o conjunto das relações sociais* — isto é: não somente de introduzir a lógica mercantil (compra e venda) em todas as relações econômico-materiais mas, também, de generalizá-la às outras relações sociais. Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas — **tudo** é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista *universaliza* a relação mercantil. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como *o* modo de produção de mercadorias.

A partir das observações de natureza histórica que foram feitas precedentemente, o leitor já pode concluir que o surgimento do modo de produção capitalista teve como condições *um alto grau no desenvolvimento da produção de mercadorias* e *um correspondente aumento do papel do dinheiro nas trocas* — condições que são localizáveis no interior do feudalismo, especialmente a partir dos séculos XV e XVI. No entanto, para que essa expansão da produção mercantil simples desaguasse na produção mercantil capitalista, era necessário um processo específico — era necessário que se constituísse uma classe de homens que pudesse dispor de riqueza acumulada para comprar meios de produção e força de trabalho e uma classe de homens desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho, tornada o seu único bem, agora passível de compra e venda.

3.3. A *acumulação primitiva*

Repitamos: o surgimento do modo de produção capitalista implica uma *produção mercantil simples* bastante ampla, o que envolve intensas *atividades comerciais*, com uma generalizada utilização de *dinheiro* como meio de troca. Mas tais condições, necessárias, não são suficientes — para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender.

A existência dessas duas categorias de homens (e já sabemos que se trata de duas *classes sociais*) não é produto de um acidente qualquer ou de uma lei da natureza — ela resulta de um processo histórico que se operou do final do século XV até meados do século XVIII, constituindo a **acumulação primitiva** ou **originária**, num ciclo que Marx chamou de "pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio": trata-se do processo que propiciou que se encontrassem

> duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. [... Trata-se do] processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 1984, I, 2, p. 262).

A acumulação primitiva produziu-se na Inglaterra na sua forma mais "clássica", e não por acaso esse país experimentou tão pioneira e intensamente o desenvolvimento capitalista; no entanto, também noutros espaços da Europa Ocidental ela teve lugar. Na ilha, seu principal instrumento foram os "cercamentos" (*enclosures*) das terras comunais dos camponeses: os proprietários fundiários (*landlords*), através da violência mais brutal, transformaram tais terras em pastagens de ovelhas, expulsando delas os camponeses. Uma legislação (logo qualificada como "sanguinária") foi acionada para castigar aqueles que resistissem ao esbulho. Ao cabo de algumas décadas, o resultado desse processo bárbaro foi, de um lado, a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos[6] e, de outro, o deslocamento, para as cidades, de uma enorme massa de homens desprovida de tudo à exceção da

6. Para essa concentração fundiária contribuiu também a Reforma Protestante, que levou à expropriação de terras da Igreja, detentora de uma enorme quantidade de áreas.

sua força de trabalho — precisamente aqueles contingentes que, livres da servidão e ao mesmo tempo sem dispor de nada, podiam migrar de um lugar a outro oferecendo-se para trabalhar; em suma, os contingentes donde sairia a classe operária.[7]

No outro pólo, gestou-se a classe que tinha condições para comprar a força de trabalho que agora se oferecia: a burguesia. Formou-se a partir dos grandes grupos comerciais a que já nos referimos, aos quais se juntaram segmentos de antigos mestres-artesãos que enriqueceram. Mas não foi apenas o acúmulo do capital mercantil que propiciou o aparecimento dos compradores de força de trabalho: a outra face da acumulação primitiva foi, quase no mesmo decurso temporal, uma expansão ampliada daquele capital, também através de métodos que nada ficam a dever à barbárie praticada contra os camponeses:

> A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista (Marx, 1984, I, 2, p. 285).

A acumulação primitiva ocorreu ainda no interior do regime feudal, sob os auspícios do Estado absolutista, e criou a condição fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista: **a relação capital/trabalho**. Intercorrendo com a dinâmica que erodia as bases da ordem feudal, ela responde pela verdade da verificação feita por Engels, e que transcrevemos no capítulo anterior: *enquanto a sociedade se tornava cada vez mais burguesa, a ordem política continuava sendo feudal*. É ainda nas entranhas da sociedade feudal que, no século XVI, começa a se constituir a sociedade burguesa, aquela que se funda no modo de produção capitalista — e o capitalismo é a

7. Não por acaso, paralelamente à acumulação primitiva, surgiram na Europa massas de mendigos e bandoleiros, contra os quais agia forte a mão pesada do Estado. Constatou um historiador: "Os dados sobre o número de mendigos nos séculos XVI e XVII são surpreendentes. Um quarto da população de Paris na década de 1630 era constituído de mendigos, e nos distritos rurais seu número era igualmente grande. Na Inglaterra, as condições não eram melhores. A Holanda estava cheia deles e, na Suíça, no século XVI, *quando não havia outra forma de se livrar dos mendigos que sitiavam suas casas ou vagavam em bandos pelas estradas e florestas, os homens de bens organizavam expedições contra esses desgraçados*." (Huberman, 1986, p. 97; a frase em itálico é transcrita de dois outros historiadores).

> organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isto, deve vender a sua força de trabalho (Lênin *apud* Nikitin, s.d., p. 53).

Uma vez que sabemos como se processou historicamente o surgimento da condição fundamental para a existência do modo de produção capitalista, podemos examinar algo que deixamos de aprofundar ao tratar há pouco da mercadoria, e que é absolutamente importante para compreendê-la bem: seu valor e sua relação com o dinheiro.

3.4. Valor e dinheiro

O *valor* de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para a sua produção (*trabalho socialmente necessário*); tal valor só pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são comparadas no processo da troca — isto é, através do *valor de troca*: é na troca que o valor das mercadorias se expressa.

Quando as trocas eram acidentais, limitadas e fortuitas, uma mercadoria era comparada com outra e expressava seu valor diretamente no valor daquela; assim, uma quantidade determinada de trigo era equiparada a uma quantidade determinada de tecido (x de trigo = y de tecido). O valor tomava, então, o que se designa como a sua *forma simples*.

O crescimento do excedente e o desenvolvimento da produção mercantil foram tornando as trocas mais regulares, incrementando o comércio e fazendo com que uma determinada mercadoria se tornasse a medida de valor de várias outras — por exemplo, *um boi* foi equiparado a x de trigo, ou y de tecido ou z de um metal precioso e assim por diante. Nesse passo da evolução histórica, em que *uma* mercadoria passou a expressar o seu valor numa diversidade de outras mercadorias, o valor adquiriu a sua *forma desenvolvida* ou *total*.

Quando a produção mercantil se tornou mais ampliada, *uma* mercadoria passou a se destacar entre as demais, com todas as outras expressando o seu valor através dela — e essa mercadoria, assim, converteu-se no padrão de medida do valor das demais; em suma, ela transformou-se num *equivalente*

universal (ou *geral*) e o valor alcançou o que se denomina a sua *forma universal* (*x* de trigo, *y* de tecido ou *z* de ouro etc. passaram a equiparar-se a *um* boi). O surgimento do *equivalente universal* permitiu que a circulação das mercadorias avançasse ainda mais; no entanto, somente quando esse equivalente universal passou a ser uma mercadoria dotada de propriedades especiais (durabilidade, divisibilidade, facilidade de transporte etc.), a circulação mercantil pôde florescer — e foram os metais preciosos (ouro, prata), convertidos em *dinheiro*, que se mostraram adequados a essa função. *O dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam o seu valor*. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o seu *preço*.

Resultado espontâneo das práticas da troca numa longa evolução histórica,[8] o dinheiro, em moedas de ouro, prata etc., ou através de seus símbolos de papel (cédulas),[9] desempenha várias funções nas sociedades onde existe produção mercantil. Quando essa produção se amplia e o comércio generaliza as trocas, o dinheiro funciona como:

a) *equivalente geral* — equiparando todas as mercadorias oferecidas;
b) *meio de troca* — possibilitando a circulação de mercadorias;
c) *medida de valor* — oferecendo um padrão de mensuração para todas as mercadorias;
d) *meio de acumulação* ou *entesouramento* — podendo ser guardado para uso posterior;
e) *meio de pagamento universal* — servindo para quitar dívidas públicas e privadas.

3.5. A lei do valor

Já vimos que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção e que, expresso em dinheiro, aparece como o seu preço. O preço expressa o valor, mas não se identifica com ele; inúmeros fatores podem influenciar variações que indiquem preços *superiores* ou *inferiores* ao valor efetivo de uma mercadoria. Entretanto, quando se examina com cuidado a evolução dos preços de mercadorias em séries históricas mais longas (isto é, em períodos mais dilatados), verifica-se que as variações dos preços em relação ao valor acabam por se compensar e, na média, os preços acabam coincidindo com o valor.

Independentemente dessas variações, porém, quando se consolida a produção mercantil, *as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido*. Essa é a chamada **lei do valor** que, como todas as leis econômico-sociais, não é a-histórica ou supra-histórica, mas tem um âmbito de validez determinado: *ela impera no marco da produção mercantil* (e não se esqueça o leitor de que o modo de produção capitalista, dominante na sociedade em que vivemos, é aquele em que a produção mercantil mais floresceu e se generalizou). Em poucas palavras: a **lei do valor** passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou.

A produção de mercadorias, à base da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, desenvolve-se espontaneamente: os produtores de mercadorias não se orientam segundo qualquer plano que indique a necessidade real de suas mercadorias, cada qual produz suas mercadorias e as leva ao mercado conforme o seu arbítrio; numa palavra, o *conjunto* da produção de mercadorias não obedece a nenhum planejamento e opera anarquicamente. Essa anarquia vê-se acentuada pela concorrência entre os produtores, cada qual interessado em obter condições mais vantajosas de produção e venda. Como se verifica, trata-se de uma produção que não dispõe de mecanismos de regulação e de planejamento capazes de permitir aos homens um *controle consciente* seja daquilo que deve ser produzido, seja do modo como seu trabalho deve ser repartido. Por isso mesmo, há conjunturas em que certas mercadorias abundam e outras praticamente desaparecem, em que muitos produtores acorrem para produzir uma mesma mercadoria e deixam de produzir outras etc. — conjunturas nas quais a desorganização do conjunto da produção cria graves problemas para a reprodução da própria sociedade.

É evidente que esse estado de coisas não pode perdurar por muito tempo e *alguma regulação* deve intervir para fazer com que se redistribua o tra-

---

8. Antes do aparecimento do dinheiro, outras mercadorias funcionaram para aferir o valor na sua forma desenvolvida ou total (nalguns lugares o sal, noutros o gado e algures as peles). Na Antiguidade, registraram-se lingotes metálicos na Mesopotâmia e no Egito e, no Ocidente, eles foram utilizados pela civilização creto-miceniana. É na Lídia, por volta de 700 antes de Cristo, que surgem moedas de ouro.

9. A utilização do papel-moeda é relativamente recente: nos Estados Unidos é de finais do século XVII, na França é de inícios do século XVIII e, na Rússia, data de 1769. Até então, empregavam-se moedas metálicas.

balho empregado na produção — e essa regulação geralmente aparece *através* da concorrência no mercado, encarecendo as mercadorias que faltam e barateando as mercadorias que abundam. Essa regulação, na medida em que não resulta de um planejamento e da ação consciente dos produtores, se *impõe* a eles como uma força externa e estranha e os obriga a redimensionar a sua produção. Eis como Engels clarifica a ação da lei do valor:

> Numa sociedade de produtores que comerciam suas mercadorias, a concorrência aciona a lei do valor, inerente à produção mercantil, instaurando assim uma organização e uma ordenação da produção social que são as únicas possíveis nessas circunstâncias. Somente a desvalorização ou o encarecimento excessivo dos produtos mostram, de forma tangível, aos vários produtores o que e quanto é ou não necessário para a sociedade (Engels, *apud* Nikitin, s.d., p. 50).

A lei do valor é, no âmbito da produção de mercadorias, o único regulador efetivo da produção e da repartição do trabalho e funciona *à revelia* dos homens, como algo completamente fora do seu controle; no modo de produção capitalista, ela comparece no mecanismo das *crises econômicas*, que estudaremos mais adiante (Capítulo 7) — e não é por acaso que tais crises são geralmente percepcionadas como fenômenos que não podem ser controlados e evitados, antes parecendo verdadeiros fatos da natureza.

3.6. O fetichismo da mercadoria

É próprio da produção mercantil que o trabalho, que é sempre *trabalho social*, tenha ocultada essa sua característica elementar. Vejamos como isso se passa.

Quando a produção mercantil está desenvolvida, para produzir as mercadorias é necessária uma ampla divisão do trabalho: há vários ramos de produção e, na composição de uma só mercadoria, entram muitas outras — em suma, surge uma grande dependência mútua entre todos os produtores, o que significa que o trabalho de cada um deles (que chamaremos de *trabalho privado*) é parte do conjunto do trabalho da sociedade (o *trabalho social* ou *total*) e só é possível no seu interior.

No entanto, como se trata de um produtor privado (ou seja, que tem a propriedade privada dos meios de produção), ele administra isoladamente,

privadamente, a sua produção; o produtor atua independentemente dos outros produtores e, por isso, o seu trabalho, parte do trabalho social, *aparece-lhe* essencialmente como trabalho privado. O produtor só se confronta com o caráter social do seu trabalho no mercado: sua interdependência em face dos outros produtores lhe aparece no momento da compra-venda das mercadorias; em poucas palavras: as *relações sociais* dos produtores aparecem como se fossem relações entre as mercadorias, como se fossem *relações entre coisas*. A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens. Na medida em que a troca mercantil é regulada por uma lei que não resulta do controle consciente dos homens sobre a produção (a lei do valor), na medida em que o *movimento das mercadorias* se apresenta independentemente da vontade de cada produtor, opera-se uma inversão: a mercadoria, *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a *criatura* (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens).

No mercado, a mercadoria realiza esta inversão: as relações sociais, *relações entre os homens*, aparecem como *relações entre coisas*. As relações entre os produtores mostram-se como relações entre mercadorias. As qualidades peculiares das relações sociais são transferidas às mercadorias: a mercadoria

> reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [... Assim, uma] determinada relação social entre os próprios homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (Marx, 1983, I, 1, p. 71)

A essa forma fantasmagórica, a esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de *fetichismo da mercadoria*. É no modo de produção que universaliza a lógica mercantil — isto é, no modo de produção capitalista — que o fetichismo alcança a sua máxima gradação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, *as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas*.[10]

10. E, por via de consequência, os homens não são valorizados (e nem se valoram a si mesmos) pelo que são, mas sim pelo que *têm* — nessas sociedades, o *ter* subordina o *ser*.

Por isso mesmo, o fenômeno da *reificação* (em latim, *res* = *coisa*; reificação, pois, é sinônimo de *coisificação*) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica da alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista. O fetichismo daquela mercadoria especial que é o *dinheiro*, nessas sociedades, é talvez a expressão mais flagrante de como as relações sociais são deslocadas pelo seu poder ilimitado.

Sugestões bibliográficas

Para a caracterização da mercadoria, das metamorfoses do valor e do fetichismo da mercadoria, permanece antológico o capítulo de abertura d'*O capital. Crítica da economia política*, de Marx (São Paulo: Abril, 1983, I, 1, p. 45-78). Pode-se recorrer também a John Eaton, *Manual de economia política* (Rio de Janeiro: Zahar, 1965, cap. II) e a Paul M. Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista* (Rio de Janeiro: Zahar, 1962, parte I, cap. II).

A discussão da acumulação primitiva vem tratada em K. Marx (*O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1984, I, 2, cap. XXIV) e ainda em Maurice Dobb, *A evolução do capitalismo* (Rio de Janeiro: Zahar, 1965, cap. V). Ricas, embora breves, são as reflexões sobre os "cercamentos" e a transformação de mercados locais em mercados amplos que se encontram em Karl Polanyi, *A grande transformação* (Rio de Janeiro: Campus, 1980, caps. 3 e 4). O desenvolvimento do comércio na Europa a partir do século XIII, implicando a expansão da produção mercantil (com todos os seus corolários), foi pesquisado por Giovanni Arrighi em *O longo século XX* (Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996, cap. 2).

As implicações culturais do fetichismo da mercadoria foram eruditamente exploradas por G. Lukács (*História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004) e, sinteticamente, por J. P. Netto (*Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981) e por Lucien Goldmann no ensaio "A reificação" (*Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 107-152).

Filmografia

Aguirre, a cólera dos deuses. Alemanha. 1972. Direção: Werner Herzog. Duração: 95 min.

1492 — a conquista do paraíso. Estados Unidos/Inglaterra/França/Espanha. 1992. Direção: Ridley Scott. Duração: 154 min.